

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcddh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcddh@mpms.mp.br)

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 3332/2018-PGJ, DE 2.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao mês de outubro de 2018, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
3 (18h01min) a 10.10.2018 (7h59min)	3ª PJ	José Aparecido Rigato	98478-2087
10 (18h01min) a 17.10.2018 (7h59min)	12ª/15ª PJs	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	98478-2087
17 (18h01min) a 24.10.2018 (7h59min)	1ª PJ	José Antonio Alencar	98478-2087
24 (18h01min) a 31.10.2018 (7h59min)	5ª PJ	Claudio Rogerio Ferreira Gomes	98478-2087

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

### PORTARIA Nº 3333/2018-PGJ, DE 2.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de outubro de 2018, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 31/2017-PGJ, de 7.12.2017, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
3 (18h01min) a 10.10.2018 (7h59min)	4ª PJ	Ana Cristina Carneiro Dias	99129-2433
10 (18h01min) a 17.10.2018 (7h59min)	9ª PJ	Moisés Casarotto	99129-2433
17 (18h01min) a 24.10.2018 (7h59min)	8ª PJ	Luciano Anechini Lara Leite	99129-2433
24 (18h01min) a 31.10.2018 (7h59min)	7ª PJ	José Roberto Tavares de Souza	99129-2433

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

### PORTARIA Nº 3334/2018-PGJ, DE 2.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de outubro de 2018, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 3/2018-PGJ, de 16.3.2018, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
3 (18h01min) a 10.10.2018 (7h59min)	4ª PJ	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99606-9203
10 (18h01min) a 17.10.2018 (7h59min)	2ª PJ	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99606-9203
17 (18h01min) a 24.10.2018 (7h59min)	1ª PJ	Viviane Zuffo Vargas Amaro	99606-9203
24 (18h01min) a 31.10.2018 (7h59min)	3ª PJ	Rodrigo Correa Amaro	99606-9203

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3342/2018-PGJ, DE 2.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 9 a 15.8.2017, a serem usufruídos nos dias 9 e 10.10.2018, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3343/2018-PGJ, DE 2.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 2.10.2018, as férias da Promotora de Justiça Grazia Strobel da Silva Gaifatto, concedidas por meio da Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018, a serem usufruídas no período de 7 a 15.3.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3344/2018-PGJ, DE 2.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, por ter atuado no período de 20 a 28.12.2017, a serem usufruídos nos dias 13 e 14.11.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013, e tornar sem efeito a Portaria nº 3243/2018-PGJ, de 24.9.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3351/2018-PGJ, DE 3.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, no período de 3 a 6.10.2018, as férias da Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão, concedidas por meio da Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3360/2018-PGJ, DE 3.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 3341/2018-PGJ, de 2.10.2018, na parte que indicou o Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior para coadjuvar perante a 18ª e 43ª Zonas Eleitorais, no dia 7 de outubro de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3361/2018-PGJ, DE 3.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar perante a 11ª Zona Eleitoral, no dia 7 de outubro de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3363/2018-PGJ, DE 3.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 7.10.2018, a Portaria nº 3267/2018-PGJ, de 26.9.2018, na parte que designou Promotor de Justiça José Roberto Tavares de Souza para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3366/2018-PGJ, DE 4.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar perante a 23ª Zona Eleitoral, no dia 7 de outubro de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3346/2018-PGJ, DE 3.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 70/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2) Fiscal – Bruno Zanatto Macedo, Analista/Engenharia Elétrica; 2.1) Suplente – Emanuely Martins Atanasio da Silva, Analista/Arquitetura (Processo PGJ/10/2936/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3349/2018-PGJ, DE 3.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Rejane Sena Pereira da Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste Órgão, em virtude de casamento em 9.10.2015, de modo que passe a constar Rejane Sena Pereira da Silva Stefani.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 3352/2018-PGJ, DE 3.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Elisangela Cristina Nery, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Cadastro e Distribuição Processual, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Distribuição e Acompanhamento Processual, nos períodos de 8 a 10.10.2018 e 15.10 a 3.11.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense e férias, respectivamente, do titular, Wellington Gradella Marthos.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 3355/2018-PGJ, DE 3.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Nathalia Santa Catharina Poester, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Jurídico da Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no período de 22.10 a 1º.11.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense e férias da titular, Rebeca Murano Borges.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 3356/2018-PGJ, DE 3.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Augusto Aparecido Ribeiro Colato, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Gestão de Pessoas, no período de 3 a 5.10.2018, em razão de viagem a trabalho da titular, Christiane de Oliveira Landgraf Pinto.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 3357/2018-PGJ, DE 3.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça de Terenos, no período de 18.9 a 2.10.2018, em razão de licença para tratamento de saúde do servidor Flávio Cesar de Pauli.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018.****7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior:**

**1. Portaria nº 3111/2018-PGJ, de 12.9.2018.** Conceder à Promotora de Justiça Livia Carla Guadanhim Bariani licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial”, promovido pela Cátedra de Cultura Jurídica na Universidade de Girona/Espanha, em convênio com o Instituto de Direito e História IDH, pelo prazo inicial de 10 (dez) dias, a partir de 22.9.2018, nos termos do art. 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 001/2016-CSMP, de 20.9.2016.

***Deliberação: O Conselho, referendou a portaria acima referida, sem ressalvas.***

**7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

**7.2.1. Processo com pedido de vista:****1. Notícia de Fato nº 01.2018.00005845-2 – RECURSO**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Naviraí

Recorrente: Rodrigo Martins Alcântara, Sociedade Brasileira de Dermatologia Regional de MS

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Noticiar que Adriana Vanessa da Silva estaria praticando indevidamente atos que seriam privativos dos profissionais médicos.

**Conselheiro-Relator: Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

**Voto-vista: Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça.**

*Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o Relator votar pelo provimento do recurso interposto e pela não homologação da promoção de arquivamento e o Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Conselho Paulo Cezar dos Passos em seu voto-vista votar pelo improvimento do recurso interposto. Os demais Conselheiros aguardam.*

**7.2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000892-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Poder Executivo Municipal

Assunto: Apurar possível irregularidade e na dispensa de licitação para a realização do evento denominado "Expoglória".

EMENTA - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GLÓRIA DE DOURADOS - REALIZAÇÃO DE EVENTO XXIX EXPOGLÓRIA - ANOS 2017 E 2018 - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO PROCESSO LICITATÓRIO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA - PROCESSO LICITATÓRIO REGULAR - OBSERVÂNCIA AOS PRECEITOS LEGAIS - EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. O presente Inquérito Civil apurou a ausência de irregularidades na realização da XXIX Expoglória, pelo município de Glória de Dourados/MS, vez que houve a realização de processo licitatório, que, apesar de não ter sido feito na modalidade ideal, não afrontou os princípios norteadores da administração pública, vez que encontrava-se livre de máculas e fora realizado dentro dos limites orçamentários do município. Ainda, fora expedida Recomendação Ministerial visando dirimir eventuais dúvidas e orientar o ente público municipal na realização de eventos futuros. Assim, não cabe ao órgão ministerial fazer juízo de conveniência dos atos administrativos municipais, vez que não foram verificadas irregularidades na realização dos referidos eventos e tampouco lesões aos cofres públicos municipais, razão pela qual deve ser homologado o arquivamento do feito.

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00002242-7 - SIGILOS**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**7.2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:****1. Inquérito Civil nº 8/2014**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã/MS, Flávio Esgaib Kayatt e a empresa Uemura e Cia Ltda. (representada pelo sócio gerente Eduardo Takashi Uemura)

Assunto: Apurar a legalidade do Termo de Concessão para Exploração dos Serviços Funerários e de Cemitérios com a Empresa Uemura e Cia Ltda., durante os anos de 2007 a 2012, especialmente em relação à omissão deliberada do município de Ponta Porã em fiscalizar e exigir o cumprimento das obrigações pactuadas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A LEGALIDADE DO TERMO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS E DE CEMITÉRIOS COM A EMPRESA “UEMURA & CIA LTDA.”, DURANTE OS ANOS DE 2007 A 2012, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À EVENTUAL OMISSÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ/MS EM FISCALIZAR E EXIGIR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA – HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO JUDICIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Inicialmente, em face do descumprimento das

obrigações impostas, verificou-se que o Prefeito Municipal à época dos fatos, Sr. Flávio Esgaib Kayatt efetuou a rescisão do Termo de Concessão para exploração dos serviços funerários e de cemitério da concessão (Decreto nº 5.937, de 21 de maio de 2012), cuja empresa concessionária era a “Uemura & Cia Ltda”, no entanto, referida empresa garantiu a continuidade da concessão através da liminar concedida em Mandado de Segurança (autos nº 0802791-22.2012.8.12.0019), declarando nula tal revogação, com a consequente vigência do contrato até seu termo final (fls. 249/284), não havendo que se falar, assim, em omissão por parte da Administração Municipal. Ressalte-se, que o órgão ambiental competente informou que no que tange aos autos de infrações referente ao período da concessão, constatou-se somente o Processo nº 23/108440/2010 (Auto de Infração nº. 10416), aplicando-se pena de advertência, a qual estaria com status de aguardar aviso de recebimento da notificação expedida (fls. 374/377). Por fim, com relação à regularização ambiental do Cemitério São Vicente de Paula, foi ajuizada a Ação Civil Pública nº. 0800298-04.2014.8.12.0019, na qual se homologou acordo judicial (fls. 414/417) entre as partes a fim de regularizar a situação jurídico-ambiental do local em que o cemitério se encontra, visando recuperar os danos ambientais constatados, com a obtenção da respectiva Licença de Operação, devendo todas as ações serem finalizadas até o mês de março de 2019, a qual foi transitada em julgada em 12.07.2017. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **2. Inquérito Civil nº 2/2012**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juraci Barbosa da Silva

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental, pelo corte de árvores em área de preservação permanente, na fazenda Limoeiro Parte II, sem licença do órgão ambiental competente, inclusive com a retirada de madeira de lei.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL, PELO CORTE DE ÁRVORES E ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, NA FAZENDA “LIMOEIRO PARTE II”, SEM LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, EM TERENOS/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – ADIMPLEMENTO INTEGRAL DO TAC - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta de fls. 196/203, no qual foram pactuadas as seguintes obrigações: inscrição e aprovação da propriedade rural em questão no Cadastro Ambiental Rural; elaboração de PRADA com a finalidade de corrigir os passivos ambientais inicialmente constatados; isolar totalmente as áreas de preservação permanente; reformar as pastagens com o devido levantamento de terraços e caixas de contenção; plantar 160 mudas de aroeira, 220 mudas de ipês, 180 mudas de bauru, 20 mudas de louro (totalizando 580 mudas) e; regularizar a área de reserva legal. No decorrer das investigações, juntou-se aos autos o documento de fls. 552/555, elaborado pelo Engenheiro Agrimensor Alfredo Pereira Dualibi, atestando o isolamento total da área de preservação, bem como a realização de tratamento do solo, construindo três “caixas secas” (açude), a fim de evitar a ocorrência de erosões (fls. 167-172). Outrossim, o imóvel foi devidamente inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CARMS0006855), conforme documento comprobatório de fls. 226/228. Ademais, foi apresentado o PRADA – Plano de Recuperação de Área Degradada às fls. 230/231. Por sua vez, os compromissários encaminharam o Termo de Adesão e Compromisso no Programa Mais Sustentável à fl. 229. Por fim, constatou-se que foi realizado o plantio de 1.000 mudas, quais sejam, 300 mudas de aroeira, 400 mudas de capitão e 300 mudas de louro preto, recompondo a área com plantas típicas da região. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001686-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar a legalidade do requisito de admissão exigido pela Secretaria Municipal de Educação de Coxim, no edital do concurso publicado em 2016, para a contratação de professores para a Educação Infantil (licenciatura plena em pedagogia, com habilitação para educação infantil ou licenciatura plena em normal superior, com habilitação para a educação infantil), os quais supostamente estariam em contradição com os requisitos de formação acadêmica exigidos pela LDB.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO INSTAURADO PARA APURAR A LEGALIDADE DO REQUISITO DE ADMISSÃO EXIGIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COXIM/MS, NO EDITAL DO CONCURSO PUBLICADO EM 2016, PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES



PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, OS QUAIS SUPOSTAMENTE ESTARIAM EM CONTRADIÇÃO COM OS REQUISITOS DE FORMAÇÃO ACADÊMICA EXIGIDOS PELA LDB - AUSÊNCIA DE INTERESSE SOCIAL AMPLO - AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Observa-se dos autos que a exigência de graduação para contratação de professores da educação infantil e geral possui amparo legal, ou seja, decorre da Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, a qual estabelece o Plano Nacional de Educação, onde estabelece que para os profissionais da Educação Infantil se dará preferência aos graduados em curso específico de nível superior, visando assegurar a elevação do nível de qualidade da educação, com profissionais devidamente instruídos para tal função. Outrossim, não há interesse público que justifique a atuação do Ministério Público, uma vez que se diz respeito a pequeno grupo de requerentes, que inclusive, as quais tiveram a possibilidade de apresentar impugnação ao edital do referido concurso público (prazo de cento e vinte dias), e não o fizeram, vindo impugnar somente neste momento. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001304-0**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no transporte escolar dos alunos residentes no Assentamento Primavera, em Jaraguari/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BANDEIRANTES/MS - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS RESIDENTES NO ASSENTAMENTO PRIMAVERA, EM JARAGUARI - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Como se vê, as diligências do presente procedimento inclinaram-se para verificar eventual irregularidade no transporte escolar dos alunos residentes no Assentamento Primavera, em Jaraguari/MS. No entanto, não restaram comprovados os fatos narrados na comunicação anônima inicial, tendo em vista o não acolhimento de elementos suficientes que permitam concluir a existência de qualquer irregularidade ou omissão no atendimento do transporte escolar da referida linha, notadamente porque a Secretaria Municipal de Educação de Jaraguari apresentou cópia da frequência escolar 2018, demonstrando a respectiva regularidade, bem como as declarações prestadas por Evaldo de Oliveira Silva, motorista responsável pelo transporte escolar em referência há treze anos, oportunidade em que esclareceu que atende quase sessenta alunos, nunca tendo recebido qualquer queixa formal acerca de eventual deficiência ou irregularidade. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **7.2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 45/2012**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corumbá e outros

Assunto: Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa consistentes na sistemática fraude a licitações e atuação de grupo organizado aproveitando as facilidades criadas pelos fraudadores em investigação conjunta realizada pela Polícia Federal, Controladoria Geral da União e Ministérios Público Federal e Estadual.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CORUMBÁ – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTES NA SISTEMÁTICA FRAUDE À LICITAÇÕES E ATUAÇÃO DE GRUPO ORGANIZADO APROVEITANDO AS FACILIDADES CRIADAS PELOS FRAUDADORES EM INVESTIGAÇÃO CONJUNTA REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO E MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E ESTADUAL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA ANTERIORMENTE AJUIZADA – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL – ATRIBUIÇÃO DO MPF – SANADA A INADEQUAÇÃO DO PÉDIDO DE ARQUIVAMENTO MEDIANTE O RECEBIMENTO COMO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – DEFERIMENTO DO DECLÍNIO DETERMINANDO O RETORNO DOS AUTOS ORIGINAIS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA QUE PROCEDA A REMESSA AO MPF. 1. Trata-se de prática de atos de improbidade administrativa consistente na sistemática de fraude à licitações e atuação de grupo organizado aproveitando as facilidades criadas pelos fraudadores. 2. Desnecessária a intervenção do Ministério Público Estadual em face de ajuizamento anterior de ação civil pública na Justiça Federal, com o idêntico objeto (partes, causa de pedir e pedido). A intervenção do Ministério Público Estadual

poderia ensejar litispendência com a ação já proposta na Justiça Federal. 3. Encaminhamento inadequado de promoção de arquivamento para ser homologada pelo Conselho Superior do Ministério Público. Sanada a irregularidade mediante o recebimento da manifestação ministerial como declínio de atribuição ao Ministério Público Federal. Deferido o declínio de atribuição, determinando-se a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que proceda ao encaminhamento dos autos originais ao MPF. 4. Aplicação do artigo 9-A da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e do artigo 52, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ. Entendimento consolidado no Enunciado nº 16 do Conselho Superior do Ministério Público.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.***

## **2. Inquérito Civil nº 11/2016**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente de Angélica

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo no Hospital Beneficente de Angélica, mantido com recursos provenientes do SUS e da Prefeitura Municipal de Angélica.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ANGÉLICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE NEPOTISMO NO HOSPITAL BENEFICENTE DE ANGÉLICA, MANTIDO COM RECURSOS PROVENIENTES DO SUS E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA - IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Comprovou-se nos autos o cumprimento da recomendação ministerial mediante o pedido de desligamento de Guilherme Nascimento de Oliveira e Joelson Fernandes e a exoneração dos demais servidores que estavam em situação irregular. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **3. Inquérito Civil nº 51/2014**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Mário Cesar Oliveira da Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande

Requerida: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar possível responsabilidade pela quebra de contratos por inadimplência do Executivo Municipal no pagamento aos fornecedores e empresas prestadoras de serviço.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR POSSÍVEL RESPONSABILIDADE PELA QUEBRA DE CONTRATOS POR INADIMPLÊNCIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL NO PAGAMENTO AOS FORNECEDORES E EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO – CONFIGURAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 08.36624-51.2013.8.12.0001 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação da existência de Ação Civil Pública nº 08.36624-51.2013.8.12.0001 em face do requerido, proposta pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da 30ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande, evidenciando-se identidade de partes, causa de pedir e pedido com o procedimento em questão.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000608-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados em decorrência da execução da obra de duplicação do prolongamento da avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade nas proximidades do Parque de Exposições em Nova Andradina.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NOVA ANDRADINA - DANO AMBIENTAL - APURAR EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS EM DECORRÊNCIA DA EXECUÇÃO DA OBRA DE DUPLICAÇÃO DO PROLONGAMENTO DA AVENIDA ANTÔNIO JOAQUIM DE MOURA ANDRADE NAS PROXIMIDADES DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES EM NOVA ANDRADINA - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Esgotou-se o objeto do presente inquérito civil mediante realização de obras de drenagem realizadas na lateral da rodovia impedindo risco de desmoronamento da via, bem como outros danos, inclusive ambientais. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**7.2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000641-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nelson Marega Júnior

Assunto: Apurar eventual dano ambiental consistente na construção de cerca em área de preservação permanente da propriedade Rancho Alto.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL CONSISTENTE NA CONSTRUÇÃO DE CERCA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DA PROPRIEDADE RANCHO ALTO - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatado que as irregularidades inicialmente observadas foram devidamente sanadas, porquanto o requerido tomou as providências necessárias retirando a cerca que estava construída de maneira irregular, sendo que o local se encontra em fase de regeneração, estando livre o acesso de pessoas e animais silvestres na área de preservação permanente. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000156-5 - SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

**3. Notícia de Fato nº 01.2018.00005093-8 - RECURSO**

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí

Recorrente: Rodrigo Martins Alcântara, Sociedade Brasileira de Dermatologia Regional de Mato Grosso do Sul

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventuais irregularidades cometidas pela farmacêutica Ana Carolina Barros em aplicar toxina botulínica, a qual só pode ser realizada por médicos e odontólogos, estes em caso eminentemente relacionado com a odontologia (interior da boca), sem cunho estético facial.

*Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista da Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, após a Relatora votar pelo não provimento do recurso. Os demais Conselheiros aguardam.*

**7.2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000996-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar problema de escoamento das águas pluviais e processos erosivos presentes na Rua Raul Santana, Bairro Jardim São Paulo, no município de Coxim/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - MEIO AMBIENTE - APURAR PROBLEMA DE ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS E PROCESSOS EROSIVOS - IRREGULARIDADE SANADA - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que o Município de Coxim adotou as medidas necessárias para sanar a irregularidade de escoamento de águas pluviais e processos erosivos na via pública. Perda do objeto. Falta de justa causa para prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00002362-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na fazenda localizada nas coordenadas geográficas WGS 84: 056 26 46.587, S 20 57 36.643, em razão da supressão de 18.7109 hectares de vegetação nativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BONITO - APURAR IRREGULARIDADE AMBIENTAL EM RAZÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA - RELATÓRIO DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - IRREGULARIDADE AMBIENTAL NÃO COMPROVADA - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A Polícia Militar Ambiental realizou vistoria no local e não constatou a supressão de vegetação nativa na área apontada de 18,7109 hectares pela Fundação Neotrópica do Brasil. Perda do objeto. Falta de

justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

### **3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002412-5**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ajinomoto do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

Assunto: Apurar violação ao direito à informação adequada sobre produtos, bem assim ao dever de os produtos terem informações corretas sobre suas qualidades e composição, em razão de constar na embalagem/rotulagem do azeite de oliva marca “TERRANO” a expressão “SELEÇÃO ESPECIAL”, não prevista no Regulamento Técnico de Azeite de Oliva aprovado pelo MAPA.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - CONSUMIDOR - APURAR VIOLAÇÃO AO DIREITO À INFORMAÇÃO ADEQUADA SOBRE PRODUTOS - TAC CELEBRADO - INSTAURAÇÃO DE PANOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ ENUNCIADO Nº 09/2016 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, de acordo com o disposto no artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, bem como, no Enunciado nº 09/2016 do CSMP. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

### **4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000176-9**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidade no cumprimento da jornada de trabalho pela servidora C.C.K.K.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CAMPO GRANDE - DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAR IRREGULARIDADE NO CUMPRIMENTO DE JORNADA DE TRABALHO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ENUNCIADO Nº 14/2017 CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, tendo em vista que não restou comprovado nos autos o descumprimento de jornada de trabalho pela servidora pública. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

### **5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000463-3**

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades sanitárias em conjunto habitacional localizado no Bairro Rincão Bonito.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BONITO - APURAR IRREGULARIDADES SANITÁRIAS EM CONJUNTO HABITACIONAL - FECHAMENTO DO ESTABELECIMENTO - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que o conjunto habitacional encontra-se fechado, cessando, portanto, as irregularidades quanto à situação sanitária do local. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

### **6. Inquérito Civil nº 16/2014**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Havan Lojas de Departamentos Ltda., e o município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade da fiscalização e do licenciamento urbanístico e ambiental do empreendimento Havan Lojas de Departamentos Ltda., localizado na avenida Cônsul Assaf Trad, pelo município de Campo Grande.

***Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Conselheiro Edgar Roberto Lemos de Miranda, após a Relatora votar pelo não arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.***

**7.2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:****1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000623-4 - SIGILOSO**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

Campo Grande, 2 de outubro de 2018.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**ESCOLA SUPERIOR****AVISO Nº 019/2018-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, declara a **DESISTÊNCIA FORMAL** do direito de ser empossado dos candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul abaixo relacionados, vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Aviso de Convocação nº 014/2018-GED, publicado no DOMP nº 1822, de 20 de setembro de 2018.

**1.1 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE COXIM  
BACHAREL EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
MATHEUS FERREIRA DE LACERDA	5º	Aviso 014/2018-GED

Campo Grande, 04 de outubro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 020/2018-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, torna pública a relação dos candidatos que manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, nos termos do item 8, X do Edital nº 001/2018 de 23.03.2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados.

**1.1 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE BATAGUASSU****BACHAREL EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
ANGELA TENORIO FAGUNDES	2º	Aviso 014/2018-GED

**1.2 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE COXIM****BACHARÉIS EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
RIZZA RUBIM RODRIGUES	4º	Aviso 014/2018-GED

Campo Grande, 04 de outubro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

**EDITAL Nº 013 PJAP/2018.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das PROMOTORIAS DE JUSTIÇA da Comarca de APARECIDA DO TABOADO, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010 e Resolução nº 42, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e de acordo com as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18.1.1994, alterada pela Lei nº 133, de 15 de abril de 2009, tendo em vista que a candidata BRUNA LOYBIA ALVES BAZZANINI apresentou termo de desistência formal de sua vaga, torna pública a CONVOCAÇÃO da candidata **ANA PAULA ULIAN**, aprovada em 8º lugar, no Processo Seletivo constante do Edital nº 001/PJAP/2017, homologado em 18 de dezembro de 2017 e publicado no DOMP-MS nº 1646, p.15, para apresentação da documentação anexa (Art. 31 § 1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação oficial deste.

Aparecida do Taboado, 04 de outubro de 2018.

JERUSA ARAÚJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO

Promotor de Justiça

**LISTA DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO**

- I – Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de ensino, que informe o ano letivo/turno/semestre/número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (Não será aceito documento que não tenha todas essas informações);
- III – atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV – certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V – declaração pessoal de ausência de impedimentos previstos no art. 19 da Resolução 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP; arts. 42 e 50 Resolução nº 15/2010-PGJ,
- VI – declaração pessoal de não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- VII – atestado de exame ABO-RH;
- VIII – número da agência e da conta corrente do Banco do Brasil (exceto poupança);
- IX – 2 fotografias coloridas 3x4 recentes, e 01 fotografia 2x2 ;
- X – Ficha de cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/PGJ/2018, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.704 DE 3 DE ABRIL DE 2018 (PÁGINAS 23 A 25) E REPUBLICADO NO DOMP-MS Nº 1.766 DE 3 DE JULHO DE 2018 (PÁGINAS 11 A 14) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/PGJ/2018-SRP**

**DO OBJETO:** Registro de preços unitários, para eventual aquisição de materiais de limpeza (água sanitária, álcool, balde, detergente, esponja, sabão, saco plástico, etc.), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Água sanitária, com no mínimo 2% de teor de cloro ativo, produto de pronto uso, embalagem lacrada. Frasco contendo 1000 ml. Registro ou notificação do Ministério da Saúde, validade, indicações de uso e data de fabricação estampadas no rótulo do produto. Marcas de referência: Q'Boa, Candura ou Brilhante. Marca: Candura. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	un.	30	2,45
2	Álcool em gel, 70° INPM, uso doméstico, pronto uso, embalado em frasco plástico de 500 ml, embalagem lacrada, com Registro ou Notificação do Ministério da Saúde, validade, indicações de uso e data de fabricação estampadas no rótulo. Marca: Zulu. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	150	4,90
3	Álcool higienizador de mãos, em gel, antisséptico, com válvula modelo pump. Composição: álcool neutro, bidestilado, isento de contaminantes e com hidratantes. Produto biodegradável, a base de álcoois, com registro ou notificação no Ministério da Saúde, químico responsável, data de validade, composição estampados na embalagem do produto. Embalagem contendo no mínimo 500 ml. Marca: Premisse. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	un.	600	6,35
4	Balde em material plástico resistente, com alça de metal ou plástico resistente, capacidade mínima para 20 litros. Marcas de referência: Plasútil, San Remo ou Plasvale. Marca: Plasvale. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	6	11,85
5	Cesto para lixo, com tampa na mesma cor do cesto, confeccionado em material plástico resistente, capacidade para 100 litros, nas cores azul, branco ou vermelho. Marcas de referência: Plasvale, San Remo ou JSN. Marca: JSN. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	un.	45	48,40
6	Desinfetante, ação germicida, pronto uso, embalagem de 500 ml, com registro ou notificação do Ministério da Saúde, químico responsável, data de fabricação e validade, composição e informações do fabricante estampada na embalagem. Marcas de referência: Pinho Sol, Pinho Bril ou Kalipto. Marca: Kalipto. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	50	3,05
7	Detergente líquido, neutro, pronto uso, biodegradável, embalado em frasco de 500 ml, com registro ou notificação do Ministério da Saúde, químico responsável, data de fabricação e validade, composição e informações do fabricante estampada na embalagem. Marcas de referência: Ypê, Limpol ou Minuano. Marca: Minuano. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	60	1,49
8	Escova para limpeza com cerdas de nylon, estrutura de madeira ou plástica, formato ovalado ou retangular, medindo no mínimo 6 cm x 5 cm x 13 cm. Marca: Condor. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	15	2,20
9	Esponja de fibra sintética, dupla face, para uso geral de limpeza, medindo aproximadamente 7 cm x 11 cm x 2,2cm (admitindo 1,5 cm para mais ou para menos), embalagem individual. Marcas de referência: Bombril, Assolan ou Scotch Brite 3M. Marca: Assolan. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	15	0,98

10	Esponja de lã de aço, acondicionada em fardo contendo 14 pacotes com 8 unidades cada (14x8). Marcas de referência: Bombril, Assolan, Ypê ou Q'Lustro. Marca: Q'Lustro. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	fd.	15	13,90
11	Flanela para limpeza, 100% algodão, medidas mínimas 30 cm x 50 cm, cor branca, com costuras laterais. Marcas de referência: Novo Mundo, Ximbica e Têxtil Rio Claro. Marca: Novo Mundo. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	500	2,40
12	Inseticida à base de água, aerossol, multiuso, sem componentes à base de petróleo, embalagem contendo no mínimo 300 ml, com registro ou notificação no Ministério da Saúde, químico responsável, data de validade, composição estampados na embalagem. Marcas de referência: SBP, Raid ou Baygon. Marca: Baygon. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	50	8,03
13	Limpador multiuso para pisos, cozinhas, banheiros, azulejos e superfícies laváveis, com ingredientes removedores de sujeiras e gorduras, possibilidade de utilização do produto puro ou diluído, embalagem contendo 500 ml. Deverá estar estampada na embalagem do produto a data de fabricação, data de validade, registro, notificação ou protocolo no Ministério da Saúde e ainda nome do responsável técnico ou nº do CRQ. Marcas de referência: Veja, Ajax, Ypê, Ingleza. Marca: Ype. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	60	3,50
14	Mangueira para jardim, ½" (polegada), trançada, tamanho 30 metros, acompanhada das seguintes conexões: bico e esguicho, para conectar nas torneiras de ½" (polegada) ou ¾" (polegada). Marcas de Referência: Tramontina, Vonder ou Famastil. Marca: Tramontina. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	un.	30	65,00
15	Mangueira para jardim, ¾" (polegada), trançada, tamanho 30 metros, acompanhada das seguintes conexões: bico e esguicho, para conectar nas torneiras de ¾" (polegada) e duas abraçadeiras em aço inox ¾" (polegada). Marcas de Referência: Tramontina, Vonder ou Famastil. Marca: Tramontina. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	30	169,00
16	Papel higiênico branco, macio, sem perfume, picotado e gofrado ou texturizado, 100% fibra celulósica virgem, folha dupla, rolo com 30 m x 10 cm, embalagem plástica com quatro rolos, com composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante na embalagem. Indústria brasileira. Marcas de Referência: Neve, Personal, Cotton ou Klass. Marca: Personal. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	pct.	320	4,35
17	Papel toalha, branco, 100% fibras naturais, 3 dobras, para uso sanitário, medindo no mínimo 23 cm x 27 cm, embalagem com 2400 folhas. Marcas de referência: Vivapel, Jofel, Max limp, Bio Clin. Marca: Vivapel. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	emb.	15	44,00
18	Pedra sanitária (desodorizante sanitário), bacteriostático, pesando no mínimo 25 g, pronto uso, essências diversas. Marcas de referência Rubi, Sanol, Perfect Clean. Marca: Sanol. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	15	1,15
19	Papeleira para papel higiênico, sobrepor, fabricada em latão cromado e aço inox, com tampa tipo meia lua, bucha de fixação S08. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de Referência: Expambox, Moldenox e Meber. Marca: Expambox. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	un.	200	42,00
20	Porta papel toalha, cor branca, confeccionado em ABS, medindo aproximadamente 29cm de altura 12cm de profundidade e 24cm de largura, para papel toalha interfolhas de 2 ou 3 dobras, fechamento c/ chave, com kit para fixação. Marca: JSN. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	un.	200	24,50
21	Refil de higienizador de mãos (gel) para uso em saboneteira, álcool, hidratante e aloe vera, bactericida, frasco com no mínimo 700 ml, com registro ou notificação do Ministério da Saúde, validade, químico responsável e informações do fabricante estampadas no rótulo do produto. Marcas de Referência: All Clean, Pétala, Gelspt ou Trilha. Marca: All Clean. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	100	14,50
22	Refil de sabonete líquido (gel), para uso em saboneteira, bactericida, frasco com 800 ml, com registro ou notificação do Ministério da Saúde, validade, químico responsável e informações do fabricante estampadas no rótulo do produto. Marcas de Referência: Start, Jofel ou Trilha. Marca: Start.	un.	100	10,40



	Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.			
23	Sabão em pó, com enzimas, para limpeza geral, biodegradável, embalagem plástica de 1 Kg, com registro do Ministério da Saúde. Químico responsável, indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações gerais do fabricante estampadas na embalagem do produto. Marcas de referência: Brilhante, Omo, Ace ou Tixan. Marca: Tixan. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	30	5,45
24	Saboneteira para sabonete líquido, cor branca, confeccionado em ABS reservatório em policarbonato transparente, reservatório com capacidade para 800 ml no mínimo, com kit de fixação. Marcas de referência: Brilhante, Omo, Ace ou Tixan. Marca: Não registrada.	un	200	Não registrado
25	Saco alvejado para limpeza (pano de chão), 100% algodão, alta absorção de umidade, com costuras laterais, medidas mínimas 40 cm x 68 cm. Marcas de referência: Novo Mundo, Ximbica e Têxtil Rio Claro. Marca: Novo Mundo. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	un.	150	4,64
26	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor amarela, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Deboni. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	pct.	50	23,20
27	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor amarela, capacidade para 40 litros, medindo no mínimo 0,58m de largura x 0,58m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	50	17,00
28	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor amarela, capacidade para 60 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Sacoplast. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	pct.	50	21,40
29	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor azul, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: Deboni. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	pct.	50	50,70
30	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor azul, capacidade para 40 litros, medindo no mínimo 0,58m de largura x 0,58m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Sacoplast. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	pct.	50	15,30
31	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor azul, capacidade para 60 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Deboni. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	pct.	50	19,75
32	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor marrom, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: Deboni. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	pct.	100	50,70
33	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor marrom, capacidade para 40 litros, medindo no mínimo 0,58m de largura x 0,58m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Sacoplast. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	pct.	50	15,50
34	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor marrom, capacidade para 60 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Deboni. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	pct.	100	19,80
35	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor verde, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	50	55,72
36	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor verde, capacidade para 40 litros, medindo no mínimo 0,58m de largura x 0,58m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	50	17,20
37	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor verde, capacidade para 60 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Sacoplast Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	pct.	50	21,00

38	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor vermelha, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	50	55,70
39	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor vermelha, capacidade para 40 litros, medindo no mínimo 0,58m de largura x 0,58m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	50	17,36
40	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor vermelha, capacidade para 60 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Sacoplast. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	pct.	50	25,50
41	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	8	43,26
42	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 40 litros, medindo no mínimo 0,58m de largura x 0,58m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	10	13,74
43	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 60 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	5	16,82

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

DATA DE ASSINATURA: 22 de março de 2018.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/PGJ/2018, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.704 DE 3 DE ABRIL DE 2018 (PÁGINA 26) E REPUBLICADO NO DOMP-MS Nº 1.766 DE 3 DE JULHO DE 2018 (PÁGINA 14) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/PGJ/2018 - SRP

DO OBJETO: Registro de Preços de preços unitários para eventual aquisição de gêneros alimentícios (açúcar, adoçante, café e chá), para atender a Divisão de Almoxarifado/PGJ, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Açúcar refinado, branco, mistura homogênea, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem de polipropileno transparente ou leitosa contendo 1kg, com especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampados na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Da Barra. Fornecedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME	emb.	20.000	2,36
2	Adoçante dietético líquido, sem adição de calorias, acondicionado em embalagem original de fábrica, embalagem com 100ml, com especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampadas na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Adocyl. Fornecedora: YOUSSEF AMIM YOUSSEF	emb.	500	2,05
3	Café torrado e moído, aspecto de pó fino, embalado a vácuo, embalagem com 500g, especificação dos ingredientes e informações do fabricante, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Caboclo Tradicional. Fornecedora: EFICAZ LOGISTICA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS EIRELI -ME	emb.	20.000	8,54

4	Chá mate tostado, feito de erva-mate ( <i>ilex-paraguariensis</i> ), isento de matéria terrosa, fungos ou parasitas, livre de umidade e de fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem com peso líquido de, no mínimo, 200g. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampados na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Santo Antônio. Marca: Fornecedora: YOUSSEF AMIM YOUSSEF	emb.	10.000	2,93
---	--	------	--------	------

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS)

DATA DE ASSINATURA: 28 de março de 2018.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/PGJ/2018 PUBLICADA NO DOMP-MS Nº1.766 DE 3 DE JULHO DE 2018 (PÁGINAS 15 A 20) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/PGJ/2018 – SRP

DO OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* inverter, e bombas para remoção de condensado, incluindo os serviços de instalação dos respectivos equipamentos, bem como de execução das necessárias tubulações, na capital e no interior do Estado, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)
1	1.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Unidade	40	R\$1.405,00
	1.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Metro	200	R\$50,00
	1.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	20	R\$260,00
	1.4	Serviços de instalação de condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	20	R\$280,00
2	2.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de	Unidade	60	R\$1.650,00

		pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.			
	2.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 12.000 BTU's. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Metro	250	R\$60,00
	2.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	30	R\$260,00
	2.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	30	R\$280,00
3	3.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI18B2IA HVFE18B2IA. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Unidade	70	R\$2.315,00
	3.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 18.000 BTU's. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Metro	250	R\$60,00
	3.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	45	R\$320,00
	3.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 BTU's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	25	R\$340,00
4	4.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI24B2IA HVFE24B2IA. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Unidade	45	R\$3.020,00
	4.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 24.000 BTU's.	Metro	150	R\$70,00

	Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.				
4.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU’s, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	22	R\$380,00	
4.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU’s, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	23	R\$400,00	
5	5.1	Aparelho condicionador de ar, tipo bi split hi-wall inverter, composto por três unidades distintas, 1 condensadora (externa) e 2 evaporadoras (internas); ciclo frio ou reverso; capacidade total: 24.000 BTU/h (2 x 12.000 BTU's); comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: SPRINGER MIDEA BI-SPLIT INVERTER 24.000 BTUS- 220V – FRIO. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Unidade	15	R\$7.830,00
	5.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo bi split 24.000 BTU’s (2 x 12.000). Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Metro	200	R\$170,00
	5.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU’s, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	10	R\$300,00
	5.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU’s, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	5	R\$900,00
6	6.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 30.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A, B ou C. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN ECOLOGIC HLF30B2FA/HLFE30B2NA. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Unidade	10	R\$3.325,00
	6.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 30.000 BTU’s. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Metro	60	R\$80,00
	6.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 30.000 BTU’s, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	4	R\$470,00

	6.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 30.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	6	R\$500,00
7	7.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split inverter piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 35.000 a 36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: CARRIER SPACE INVERTER P/T 36.000 BTUS – FRIO – 220V. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Unidade	25	R\$7.650,00
	7.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 35.000 a 36.000 BTU/h. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Metro	120	R\$200,00
	7.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	10	R\$400,00
	7.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	15	R\$850,00
8	8.1	Aparelho condicionador de ar, tipo inverter piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 46.000 a 48.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: SAMSUNG. AC048JXADKC/VN – AC048JNCDC/VN. Empresa vencedora: WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP.	Unidade	10	R\$10.562,00
	8.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 46.000 a 48.000 BTU/h. Empresa vencedora: WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP.	Metro	40	R\$38,00
	8.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP.	Serviço	5	R\$700,00
	8.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas de interior do Estado. Empresa vencedora: WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP.	Serviço	5	R\$700,00

9	9.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split inverter piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade mínima: 54.000 a 58.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: CARRIER SPACE INVERTER P/T 54.000 BTUS – FRIO – 220V. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Unidade	15	R\$10.500,00
	9.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 54.000 ou 58.000 BTU/h. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Metro	60	R\$280,00
	9.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 54.000 ou 58.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	5	R\$400,00
	9.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 54.000 ou 58.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	10	R\$820,00
10	10.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split cassette, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio; capacidade: 31.000 a 35.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; sistema de distribuição para 4 lados e ambiente adjacente; tensão de operação: 220V bifásico, 60 Hz; Compressor: tipo alternativo, rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: CARRIER CASSETE INVERTER 33.000 BTUS – 220V - FRIO Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Unidade	5	R\$9.220,00
	10.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split cassette 31.000 a 35.000 BTU/h. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Metro	30	R\$280,00
	10.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, cassette, função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 35.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	3	R\$400,00
	10.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split cassette, função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 35.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	2	R\$900,00
11	11.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split cassette, inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 45.000 a 48.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido;	Unidade	5	R\$14.100,00

		seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; sistema de distribuição para 4 lados e ambiente adjacente; tensão de operação: 220V bifásico, 60 Hz; Compressor: alternativo, rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: LG ATNQ48GMLE5/ AUUQ48GH2. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.			
11.2		Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 45.000 a 48.000 BTU/h. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Metro	25	R\$150,00
11.3		Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split cassete, inverter, função refrigeração, com capacidade de 45.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	3	R\$850,00
11.4		Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split cassete, inverter, função refrigeração, com capacidade de 45.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	2	R\$900,00
12	12.1	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 14 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca/modelo: ELGIN MINI ORANGE. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Unidade	150	R\$399,00
13	13.1	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 21,5W, frequência 50/60 Hz; vazão de 37 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca/modelo: ELGIN MAX ORANGE. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Unidade	150	R\$439,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS)

DATA DE ASSINATURA: 25 de junho de 2018.



**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0016/2018/32PJ/CGR.**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2018.00002837-0.

Requerente: 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS.

Assunto: Apurar o não cumprimento das metas mínimas de cobertura vacinal para Poliomielite e Sarampo traçadas pelo Programa Nacional de Imunizações - PNI (mínimo de 95% do público alvo).

Campo Grande, MS, 03 de outubro de 2018.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

32.<sup>a</sup> Promotora de Justiça da Saúde Pública

**RECOMENDAÇÃO N. 4/34PJ/2018**

Inquérito Civil n. 06.2018.00002730-4.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 34.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, com fundamento no art. 27, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), emite a seguinte RECOMENDAÇÃO, nos seguintes termos.

CONSIDERANDO que o “*objetivo básico de toda APA - Área de Proteção Ambiental é proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais*”, conforme disposto no artigo 15, da Lei Federal n. 9.985/2000, que fixa o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC;

CONSIDERANDO que a Unidade de Conservação - Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula - APA do Ceroula, foi criada pelo Poder Público Municipal por meio do Decreto nº 8.264/2001, cuja finalidade ficou bem delimitada no seu artigo 1º, incisos I, II, III e IV, quais sejam: “*I - recuperar, proteger, e conservar os cursos d'água que compõem a bacia do Córrego Ceroula; II - proteger os ecossistemas locais, suas paisagens notáveis, o solo e os demais atributos naturais que possam ser considerados relevantes; III - resguardar e valorizar aspectos culturais e históricos associados às comunidades locais e à região; IV - promover programas, projetos e ações de gestão e manejo da área que contribuam com a sustentabilidade econômica e social de atividades e empreendimentos compatíveis com as finalidades constantes nos incisos anteriores*”;

CONSIDERANDO que o Município de Campo Grande ainda não elaborou o Plano de Manejo da APA do Córrego Ceroula, em desacordo com o artigo 27, § 3º da Lei n. 9.985/2000: “*O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação*”;

CONSIDERANDO que o artigo 15 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, estabelece que: “*A partir da criação de cada unidade de conservação e até que seja estabelecido o Plano de Manejo, devem ser formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização*”;

CONSIDERANDO que o artigo 15, §5º da Lei n. 9.985/2000 estabelece que “*a Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos*

*órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei”;*

CONSIDERANDO que o artigo 1º do Decreto n. 9.984, de 14 de junho de 2007, estabelece que “*o Conselho gestor será presidido por representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMADES, órgão responsável pela administração da APA do Córrego Ceroula, devendo ser constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente.*”, sendo a SEMADES atualmente chamada Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Gestão Urbana - SEMADUR;

CONSIDERANDO que o artigo 7º, § 1º do Decreto n. 13.522, de 18 de maio de 2018, que cria o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula, estabelece que “o Presidente será o titular da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento - PLANURB;

CONSIDERANDO que o artigo 38 da Lei n. 9.985/2000 estabelece que “*A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei*”;

CONSIDERANDO que o Plano de Manejo é uma ferramenta essencial na gestão de unidades de conservação, mediante o qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, com fundamento nos objetivos gerais de cada unidade de conservação;

CONSIDERANDO que prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas e preservar e restaurar o ambiente natural são impositivos constitucionais, dispostos no artigo 225, inciso I, e que a elaboração do Plano de Manejo atribuição do Município de Campo Grande, cabendo ao Conselho Gestor acompanhar sua elaboração, implantação e revisão, quando couber;

RECOMENDA aos Exmos. Prefeito Municipal de Campo Grande, Diretora-Presidente da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB) e Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR):

a) Que efetivem o cumprimento dos ditames da Lei Federal n. 9.985/2000, bem como das demais normas legais e regulamentares aplicáveis, no sentido de adotarem as providências de sua competência para a elaboração e aprovação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Córrego Ceroula, do qual deverá constar a área da unidade de conservação, os corredores ecológicos, o zoneamento da unidade e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, as medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas, eventuais normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada na referida unidade de conservação, a previsão de ações de proteção e fiscalização, as condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público, os limites da unidade de conservação em relação ao subsolo, os limites da unidade de conservação em relação ao espaço aéreo (ouvida a autoridade aeronáutica e com embasamento em estudos técnicos), a implantação das estruturas físicas essenciais à gestão da unidade, entre outras regulamentações e ações condizentes com a finalidade do Plano;

b) Que, na sua elaboração e implementação, bem como em futuras atualizações, assegurem a ampla participação da população residente, mediante consultas públicas ou audiências públicas, disponibilizando a informação em linguagem clara e acessível, conforme o nível de instrução dos interessados, com publicação em endereço eletrônico (*internet*) da minuta que será apresentada à população para consulta pública com antecedência de cinco dias úteis antes da data das reuniões ou audiências públicas;

c) Que, após aprovação por portaria do órgão executor do Plano de Manejo, seja ele disponibilizado para consulta pública não apenas na sede do órgão executor e na sede da unidade, mas também em endereço eletrônico referido no item anterior;

Outrossim, informa-se que a presente recomendação não possui caráter vinculante ou obrigatório, mas poderá embasar eventual responsabilização em Juízo.

Requisitam-se, no prazo de trinta dias, informações sobre o atendimento ou não dessa recomendação, bem como o envio dos documentos pertinentes. Requisita-se, às expensas dos recomendados, a publicação da recomendação na imprensa oficial do Município de Campo Grande, no prazo de vinte dias.

Esta recomendação será enviada também à publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público (DOMP). Comuniquem-se, com cópia desta recomendação, os seguintes órgãos e/ou Poderes e interessados: a) Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; b) Câmara Municipal de Campo Grande, para conhecimento e providências que entender cabíveis, inclusive para colaborar na fiscalização e exercício de sua competência constitucional de fiscalização do Poder Executivo; c) ao Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande; d) a UEMS, UFMS, UCDB, UNIDERP, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul (CREA-MS) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul (CAU-MS), para ciência.

Campo Grande, 2 de outubro de 2018.

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA  
Promotor de Justiça

---

#### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

---

##### AMAMBAI

---

#### EDITAL Nº 0086/2018/02PJ/AMB.

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil: 06.2018.00000001-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido, Requerido: Carlos Alberto Acosta dos Santos, CAA DOS SANTOS - ME "ARREEIRA JS".

Objeto: Registrar informações, oriundas da Polícia Militar Ambiental, que aduzem dano ambiental no Rio Cangury, por razões de extração ilegal de recursos naturais.

Amambai (MS), 03 de outubro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO  
Promotor de Justiça

---

##### BELA VISTA

---

#### EDITAL Nº 0119/2018/PJ/BVT.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001593-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Edmundo Benites e Outra.

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Passo Itá de propriedade de Edmundo Benites e Outra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 02/10/2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0120/2018/PJ/BVT.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001602-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Fazenda Flor da Terra, Hermes Cáceres.

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Flor da Terra de propriedade de Hermes Cáceres, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 02/10/2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0121/2018/PJ/BVT.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001605-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Fazenda Ipanema, Companhia Agropecuária Matra.

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Ipanema de propriedade da Companhia Agropecuária Matra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 02/10/2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0122/2018/PJ/BVT.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001594-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: José Roberto Antunes Strang.

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Boa Sorte de propriedade de José Roberto Antunes Strang, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 02/10/2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0123/2018/PJ/BVT.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001596-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Mitsuyoshi Tsuji e Outra.

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Água Marinha de propriedade de Mitsuyoshi Tsuji e Outra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 02/10/2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0124/2018/PJ/BVT.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001592-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Sítio São Paulo, Azenor Gutierrez Pereira.

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Sítio São Paulo de propriedade do Sr. Azenor Gutierrez Pereira, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 02/10/2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0125/2018/PJ/BVT.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001587-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Paulo Roberto Burgueño, Rancho Vô Peluffo.

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Rancho Vô Peluffo de propriedade do Sr. Paulo Roberto Burgueño, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 02/10/2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0126/2018/PJ/BVT.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001589-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Sítio Canaã, Ilda Aranda de Farias.

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Sítio Canaã de propriedade da Sra. Ilda Aranda de Farias, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 02/10/2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0127/2018/PJ/BVT.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001586-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Osvaldo José Ternouski e Outros.

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Ipê - Parte de propriedade de Osvaldo José Ternouski e Outros, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 02/10/2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

---

**BONITO****EDITAL N. 0028/2018/02PJ/BTO.**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borrvalho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP 79.290-000, neste município.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002886-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Waltezer Scherer.

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais na propriedade denominada Fazenda America, de propriedade do Sr. Waltezer Scherer, autuados por meio do AI (IBAMA) nº 9141139.

Bonito – MS, 03 de outubro de 2018.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI  
Promotor de Justiça em Substituição

**EDITAL N. 0029/2018/02PJ/BTO.**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002887-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Altemir Viapiana.

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais na propriedade denominada Fazenda America Parte (Agropecuária Rio Formoso), de propriedade do Sr. Altemir Viapiana, autuados por meio do AI (IBAMA) nº 9141140.

Bonito – MS, 03 de outubro de 2018.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N. 0030/2018/02PJ/BTO.**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002885-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Waltezer Scherer.

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais na propriedade denominada Fazenda America, de propriedade do Sr. Waltezer Scherer, autuados por meio do AI (IBAMA) nº 9141138.

Bonito – MS, 03 de outubro de 2018.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça em Substituição Legal

---

**CASSILÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 0017/2018/01PJ/CLA.**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2018.00002765-9, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2018.00002765-9.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Sigiloso.

Assunto: Sigiloso.

Cassilândia-MS, 28 de setembro de 2018.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

---

**IGUATEMI**

---

**EDITAL N° 019/2018.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002684-9.

Requerente: Héllen Melez Martins Santana.

Requerido: Raquiles Melez Martins.

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental no Sítio Floripa, localizado em Iguatemi, e viabilizar sua integral reparação.

Iguatemi, 04 de outubro de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça.

**AUTOS N° 06.2018.00000056-0**

Inquérito Civil

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

CRITÉRIOS DE MATRÍCULAS DE NOVOS ALUNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE IGUATEMI E FIXAÇÃO DE REGRAS PARA CARACTERIZAÇÃO DO ABANDONO DE VAGA.

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00000056-0

13 de setembro de 2018

I. Descrição da Audiência:

*Audiência Pública – Critérios de matrículas de novos alunos na Educação Infantil de Iguatemi e fixação de regras para caracterização do abandono de vaga*

**Data:** 13/09/2018 **Hora:** 19h

**Local:** Câmara Municipal de Iguatemi – Avenida Jardelino José Moreira, 1204, Centro, em Iguatemi – MS.

**Objetivo:** Debate sobre os critérios das matrículas de novos alunos na educação infantil de Iguatemi-MS e fixação de regras para caracterização do abandono da vaga.

**Motivação:** Em razão de problemática enfrentada no município de Iguatemi, no que se refere a falta de vagas em centros de educação infantil, o que ensejou a instauração de Inquérito Civil 06.2018.00000056-0.

**Pauta de Trabalho:** Obtenção dados, subsídios, informações, relatos, sugestões, críticas ou propostas concernentes a fixação de critérios de prioridade para matrícula de novos alunos na educação infantil de Iguatemi e regulamentação do abandono das vagas concedidas, bem como formar a convicção deste Promotor de Justiça no âmbito do Inquérito Civil instaurado

II. Participantes convidados: Foram enviadas correspondências eletrônicas, ofícios impressos e cartazes para extenso rol de Órgãos e Instituições Públicas e Privadas, de Gestão, de Representatividade da Sociedade Civil, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Câmara Municipal de Iguatemi, Prefeitura Municipal de Iguatemi, Secretaria Municipal de Educação, Conselho Tutelar, entre outras entidades.



III. Tópico para os trabalhos da audiência pública: Obtenção dados, subsídios, informações, relatos, sugestões, críticas ou propostas concernentes a fixação de critérios de prioridade para matrícula de novos alunos na educação infantil de Iguatemi e regulamentação do abandono das vagas concedidas.

IV. Exposições e apresentações - Iniciada a audiência sob a coordenação do Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva, foram realizadas as seguintes intervenções e apresentadas as seguintes considerações:

1. Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva: Apresentou esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos e ressaltou o objeto e a finalidade da audiência pública.

2. Patrícia Derenusson Nelli Margatto Nunes, Prefeita de Iguatemi: Fez saudações e agradecimentos pela oportunidade de discutir com a população a educação infantil de Iguatemi.

3. Jesus Milane, Presidente da Câmara Municipal de Iguatemi: Fez saudações e agradecimentos pela oportunidade de discutir com a população a educação infantil de Iguatemi.

4. Luiz Carlos Guerreiro, Coordenador do Conselho Tutelar de Iguatemi: Fez saudações e agradecimentos pela oportunidade de discutir com a população a educação infantil de Iguatemi.

5. Rosângela Socovoski Ferragem, Secretária Municipal de Educação de Iguatemi: Fez saudações e agradecimentos pela oportunidade de discutir com a população a educação infantil de Iguatemi.

6. Cleoerdes Fátima Barbosa, Secretária Municipal de Educação de Maracaju: Fez saudações e agradecimentos a oportunidade de compartilhar o sistema desenvolvido pela Secretaria Municipal de Maracaju.

7. Paula de Souza Kuedig Brites, Psicóloga da SEME e Presidente da Comissão de Organização e Monitoramento de Cadastro Único de Reserva de Vagas para Educação Infantil nos Centros Integrados de Educação Infantil de Maracaju: Ressaltou a importância de ações como a audiência pública para a busca de soluções justas e igualitárias. Explicou o Cadastro Único para Reserva de Vagas na Educação Infantil – CIEIs, em Maracaju-MS. Ressaltou novo delineamento do sistema de educação pré-escolar garantido pela Constituição Federal e leis e a necessidade de não mais se considerar o caráter assistencialista da educação infantil e sim educacional, dividindo as competências entre a família e o Estado. Em decorrência da grande demanda por vagas, inclusive determinações judiciais, surgiu a necessidade de criação do Cadastro Único.

8. Leiza Karen Barbosa de Carvalho, Conselheira Tutelar e membro da Comissão de Organização e Monitoramento de Cadastro Único de Reserva de Vagas para Educação Infantil nos Centros Integrados de Educação Infantil de Maracaju: Apresentou as percepções do Conselho Tutelar de Maracaju a respeito do novo sistema de Cadastro Único, bem como a recepção dos pais e dos demais conselheiros tutelares acerca da nova dinâmica. Ressaltou a necessidade de harmonização entre os conselheiros tutelares acerca da adesão ao Cadastro Único e a necessidade da articulação com a população, tendo em vista que o órgão tem contato direto com as pessoas.

Após, o Promotor de Justiça, Dr. Thiago Barbosa da Silva, apresentou como funcionará o Cadastro Único de Matrículas de Novos Alunos, com breve explicação do edital e noções acerca da distribuição das vagas.

Em seguida, foi apresentado pela Secretária Municipal de Educação, Rosângela Socovoski Ferragem a Comissão do Cadastro Único de Vagas.

Por fim, alguns componentes da mesa apresentaram questionamentos para serem discutidos e contribuições acerca da temática, destacando-se a problemática territorial e a distribuição das vagas por área da cidade, além de esclarecimentos por parte da equipe do município de Maracaju acerca dos turnos (matutino, vespertino e integral).

A palavra foi franqueada a alguns cidadãos que não se inscreveram para o uso da palavra, os quais apresentaram as seguintes contribuições: Possibilidade de que o interessado possa indicar uma segunda opção de CEIM, para escolha.

- Repensar a carga-horária de 10h de permanência da criança no CEI.
- Prioridade para pais deficientes.

**V. Participações:**

1. Público Presente: Aproximadamente 200 pessoas.
2. Exposições: 8

Concluídas as apresentações, foram encerrados os trabalhos e redigida a presente ata, que segue assinada pelo Promotor de Justiça que presidiu o ato. Nada mais.

Publique-se no DOMP. Encaminhe-se cópia ao Procurador-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral do Ministério Público, para conhecimento.

THIAGO BARBOSA DA SILVA,  
Promotor de Justiça.

---

**PONTA PORÃ**

---

**EDITAL Nº 0138/2018/01PJ/PPR.**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002693-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002693-8.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Câmara Municipal de Aral Moreira.

Assunto: Apurar a adequação relativa à contratações temporárias de servidores, bem como à criação e provimento de cargos e funções em comissão, instituição de controle de jornada de trabalho eficiente, instituição da Procuradoria Jurídica e implantação e regulamentação de órgão que exerça controle interno no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Aral Moreira.

Ponta Porã/MS, 03 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0139/2018/01PJ/PPR.**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002728-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002728-1.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Câmara Municipal de Vereadores de Antonio João/MS.

Assunto: Apurar a adequação das contratações temporárias de servidores, bem como à criação e provimento de cargos e funções em comissão, instituição de controle de jornada de trabalho eficiente, instituição da Procuradoria Jurídica e implantação e regulamentação de órgão que exerça controle interno no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Antônio João/MS.

Ponta Porã/MS, 03 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0140/2018/01PJ/PPR.**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002610-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002610-5.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Câmara Municipal de Ponta Porã.

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pagamento de diárias de membros da Câmara Municipal de Ponta Porã/MS.

Ponta Porã/MS, 03 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0141/2018/01PJ/PPR.**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002620-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002620-5.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Câmara Municipal de Aral Moreira- MS.

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pagamento de diárias de membro da Câmara Municipal de Aral Moreira/MS.

Ponta Porã/MS, 03 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0142/2018/01PJ/PPR.**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002622-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002622-7.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Câmara Municipal de Vereadores de Antonio João/MS.

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pagamento de diárias de membro da Câmara Municipal de Antônio João/MS.

Ponta Porã/MS, 03 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0143/2018/01PJ/PPR.**

A 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002659-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002659-3.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Associação do 1º Shopping Calçadão Mercosul.

Assunto: Apurar notícia de favorecimento a ocupação desordenada da linha internacional, praticado em pelo Shopping Calçadão Mercosul. - IC 03/2006/1ªPJPP.

Ponta Porã/MS, 03 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0144/2018/01PJ/PPR.**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002498-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002498-4.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Município de Ponta Porã.

Assunto: Apurar as condições de funcionamento da rede de atenção básica de saúde do Município de Ponta Porã/MS, buscando-se aferir a adequação e eficiência do serviço público prestado.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 10/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 04 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0145/2018/01PJ/PPR.**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002499-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002499-5.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Flávia Elis Manvailer Martins e Márcia Maria Gonçalves Mora.

Assunto: Apurar possível sobreposição de carga horária pelas servidoras públicas municipais Flávia Elis Manvailer Martins e Márcia Maria Gonçalves Mora que possuem dois vínculos empregatícios, um efetivo com o Município de Ponta Porã e outro celetista com o Instituto Gerir que administra o Hospital Regional Dr. Jose de Simone Netto.

Ponta Porã/MS, 04 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**ANAUROLÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 0007/2018/PJ/AID.**

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS telefone (67) 3445-1393.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002866-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Roberto Hashioka Soler, CESP - Companhia Energetica de São Paulo.

Assunto: Apurar notícia de dano ambiental pelo assoreamento na propriedade rural denominada Estância Recreio, de propriedade de Roberto Hashioka Soler, em decorrência da inexistência de barragem de contenção nas margens da propriedade com o Lago da UHE Sérgio Motta (Rio Paraná).

Anaurilândia/MS, 03 de outubro de 2018.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL Nº 0055/2018/PJ/DPS.**

O Promotor de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00002803-6.

Noticiante : Ministério Público Estadual.

Interessado : Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis.

Assunto : Apurar a existência e o efetivo funcionamento do Controle Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis/MS, especificamente no que tange a adoção de medidas preventivas e repressivas com relação ao combate do nepotismo e ao combate do acúmulo indevido de cargo público, nos termos da Súmula Vinculante nº 13 do STF.

Deodápolis/MS, 01 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça